

Sistematização garante piso salarial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A futura Constituição proibirá diferença de salários e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil; garantirá o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado; e, para efeitos judiciais, o trabalhador poderá, até dois anos do fim do contrato de trabalho, recorrer sobre todo o seu tempo trabalhado numa empresa.

Essas três alterações foram aprovadas pela Comissão de Sistematização e representaram o acréscimo de mais três incisos (XXVI, XXVII e XXVIII) ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, que teve, por outro lado, antes dessas votações, a garantia do seu texto, sem alteração, aos três incisos anteriores (XXIII, XXIV e XXV). Esses itens tratavam da participação do trabalhador na modernização das empresas e na automação; seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador; e proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

Entrando já na rotina de trabalho, somente quebrada diante de temas mais polêmicos, fato não ocorrido na tarde de ontem, o que se viu nessa sessão, exceto nas matérias aprovadas, foi a desistência de autores de destaques ao constatarem benefícios, no substitutivo, superiores àqueles determinados nos destaques.

Conforme as votações de ontem, ficou assim o substitutivo relativo aos incisos XXIII até XXVIII:

"Artigo sexto — Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

XXIII — Participação nas vanta-



Cabral negocia emendas com Lourenço

gens advindas da modernização tecnológica e da automação;

XXIV — Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXV — Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre profissionais respectivos;

XXVI — Proibição de diferença de salários e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil;

XXVII — Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade de trabalho realizado;

XXVIII — Não incidência de

prescrição no curso do contrato de trabalho até dois anos de sua cessação".

PORTUÁRIOS

Os trabalhadores avulsos, principalmente os portuários, que têm vínculo empregatício com o próprio sindicato da categoria profissional, passam a ter os mesmos direitos que os trabalhadores com vínculo empregatício permanente, conforme aprovou ontem a Comissão de Sistematização, ao acolher, por 48 votos a 30, emenda com este objetivo apresentada pelo deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC). Esse dispositivo fechou a lista dos incisos do artigo 6º, com o número XXIX.

Juizes param hoje em protesto

SALVADOR
AGÊNCIA ESTADO

Juizes do Trabalho de todo o País paralisam suas atividades hoje, por 24 horas, para marcar o Dia Nacional de Protesto da Justiça. O motivo é o substitutivo Bernardo Cabral, que cria um Conselho Nacional de Justiça para fiscalizar os magistrados e mantém a representação classista nas Juntas de Conciliação, além de ampliar, nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior do Trabalho, o número de advogados e

promotores. O movimento foi organizado pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho e restringe-se apenas aos juizes. Hoje, as Juntas permanecerão abertas para receber petições e fornecer informações, mas não haverá audiências.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região (Bahia e Sergipe), Raimundo Pinto, o Judiciário não aceita ser fiscalizado por entender que, dessa forma, perderá a autonomia. Só a repre-

sentação classista nas Juntas, composta por pessoas leigas que representam o empregado e o empregador em julgamento, a seu ver, traz vantagens para ambas as partes, principalmente a não criação de novas Juntas, o que provocará o acúmulo de processos e morosidade. A ampliação do número de advogados e representantes do Ministério Público também não é aceita pelos juizes, observa Raimundo Pinto, destacando que a medida "é um atentado à autonomia dos magistrados".

Deputado faz apelo aos moderados

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) advertiu ontem, no plenário da Constituinte, que os homens de centro estão "omissos, deixando que os extremistas de esquerda e de direita conduzam o País lá fora e conduzam o País aqui, na Assembleia Nacional".

"Quem se julgar equilibrado, quem não se julgar filiado a nenhum agrupamento de esquerda ou de direita, deveria procurar o companheiro mais próximo para não permitir que isto descaça para um grupo de destemperados gritando de um lado, e de destemperados gritando de outro", afirmou Del Bosco Amaral.

O parlamentar paulista disse ter visto na reunião da Comissão de Sistematização "uma minoria muito ativa praticamente conduzindo, com muita habilidade, as decisões da Mesa".

O senador João Calmon (PMDB-ES), por sua vez, apresentou, no plenário, uma sugestão ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte: que a Comissão de Sistematização continue trabalhando de manhã até concluir o exame de todo o substitutivo do relator Bernardo Cabral, mas que, ao mesmo tempo, o plenário da Constituinte passe a se reunir à tarde, para ir também tomando a decisão final sobre os textos que forem sendo aprovados pela comissão. Es-

sa, a seu ver, seria a forma de não se atrasar mais os trabalhos e de permitir que a Comissão de Sistematização também conclua a sua tarefa.

O deputado Rubem Figueiró (PMDB-MS) também fez uma sugestão: que sejam eliminados os prazos. A Comissão de Sistematização passaria a trabalhar sem pressão de datas. Outra hipótese, não se entende, seria a de, vencido o prazo dado à comissão, colocar toda a matéria no plenário, mas também sem prazos, "permitindo-se ao legislador constituinte elaborar a Constituição sem amarras de datas, sem os limites de dias e horas, sem pressão". "Temos uma legislação; nosso mandato é de quatro anos", lembrou.

Cabral propõe reduzir destaques

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma proposta para diminuir o número de votação de destaques foi submetida ontem à decisão da mesa da Constituinte pelo relator Bernardo Cabral, com o objetivo de cumprir os prazos da Comissão de Sistematização. De acordo com a sua sugestão, os partidos com mais de 50 parlamentares — apenas o PMDB e o PFL — terão direito a apresentar dois destaques por cada um dos seus representantes na Comissão de Sistematização, enquanto os demais legendas terão direito a defender três destaques por parlamentar.

Da tribuna, Bernardo Cabral lembrou que, desde o dia 24 de setembro, a Comissão de Sistematização já realizou 19 reuniões, com mais de 110 horas de trabalho, examinando 815 destaques, num total de 121 votações. Afirmou que

ainda faltam ser apreciados 7.559 pedidos de destaques para emendas ponderando que, apesar de objetivos, os trabalhos da Comissão de Sistematização "tendem a ocupar um tempo superior àquele determinado pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte".

O relator considerou ainda o fato de que 466 constituintes, que não integram a Sistematização e desejam participar da elaboração do texto constitucional dentro dos prazos regimentais, estão na expectativa do término dos seus trabalhos. Outra ponderação feita por Bernardo Cabral: a reabertura sucessiva de prazo para os trabalhos da Comissão de Sistematização pode gerar uma natural incompreensão da opinião pública, ensejando, de outra parte, a ação daqueles que, à vista de seus interesses contrariados, busquem

promover o descrédito da Constituinte.

Bernardo Cabral também lembrou que grande número dos destaques são idênticos ou semelhantes e, se for mantida a atual sistemática de trabalho, a Comissão terá de examinar todos, enquanto "o momento nacional exige da Assembleia Constituinte um gesto resoluto e afirmativo para mais uma vez evidenciar a sua liberdade e a sua soberania". Por essa razão, propôs a rejeição em bloco dos destaques apresentados ao seu segundo substitutivo, com exceção de 206 emendas ou destaques preferenciais a serem indicados pelas lideranças, ouvidas as respectivas bancadas, distribuídas proporcionalmente entre os partidos.

Ele se comprometeu a examinar com cuidado e isenção todas as proposições incluídas entre os destaques rejeitados em bloco pela Comissão, se objeto de requerimento de destaque no plená-

rio da Constituinte. O presidente em exercício da Comissão de Sistematização, senador Fernando Henrique Cardoso, informou que vai submeter a sugestão aos líderes partidários e integrantes da mesa da Comissão.

ESTATÍSTICA

A Comissão de Sistematização, segundo dados divulgados pela presidência, realizou entre os dias 24 de setembro e 10 de outubro, em 110 horas de sessões, 121 votações, com a aprovação de 38 destaques (um do preâmbulo, quatro do título I e 33 do título II, dos direitos sociais), e rejeição de 69 outros (quatro do preâmbulo, onze do título I e 54 do título II).

A Comissão de Sistematização considerou prejudicados, por falta de quórum, sete destaques, cujos autores não se encontravam na hora da votação no plenário. Por iniciativa dos seus autores, foram retirados 358 destaques.

Em defesa do consumidor

Para defender e orientar os contribuintes, diretos e indiretos, das mais recentes medidas de pagamento de impostos e tributos adotadas pelo governo federal, o deputado constituinte Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e o tributarista Ives Gandra da Silva Martins lançam às 15 horas de hoje, no Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa de São Paulo, o Movimento de Defesa do Contribuinte, a nível nacional. O órgão, que atua no Estado há dois anos, tem por objetivo esclarecer as pessoas a respeito daquilo que lhes é cobrado em termos de contribuição nacional. Ou seja, mostrar que nada lhes é dado gratuitamente.

O movimento atuará em conjunto com entidades empresariais, comerciais, rurais e de trabalhadores de todo o País, visando a mostrar aos contribuintes, mesmo aqueles isentos do pagamento de Imposto de Renda, que eles pagam tributos por tudo o que consomem e que, por isso, podem e devem exigir do governo federal seus direitos como cidadãos.

Afif propôs emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral no sentido de que o governo determine que em todo produto fabricado conste o custo dos impostos separado do preço de consumo. Isso porque muitas pessoas, ludidas com o fato de não pagarem Imposto de Renda, não sabem que até mesmo no custo do pão está incluída a sua contribuição tributária.

Estabilidade vai inibir investimento

Alguns preceitos aprovados pela Comissão de Sistematização vão apresentar resultados completamente diversos dos pretendidos, acredita o presidente da Federação de Agricultura de São Paulo, Fábio Meireles. Entre eles se destaca o que diz respeito à estabilidade no emprego. O preceito interfere diretamente na administração da empresa e, para com que os empresários, antes de ampliarem suas atividades industriais ou comerciais, pensem muito se vale a pena tomar a iniciativa, já que dificilmente poderão demitir um empregado que não corresponda à expectativa da empresa.

Fábio Meireles observou que pode ocorrer também o fato de, antes de uma nova Constituição entrar em vigor, empresários decidirem diminuir suas atividades, demitindo boa parcela de seus funcionários. Certo, no seu entender, é que a estabilidade irá dificultar a obtenção de emprego, principalmente para cerca de dois milhões de jovens que anualmente ingressam no mercado de trabalho.

CPI adiada

Devido à sessão da Comissão de Sistematização, a CPI que investiga as denúncias de O Estado de S. Paulo contra o Cimi deverá se reunir hoje apenas rapidamente, às 10 horas, para marcar nova reunião.

Delfim pede eleições gerais

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) defendeu ontem, em São Paulo, a tese de que o presidente Sarney deveria propor a dissolução do Congresso e convocar eleições "gerais e amplas" para 15 de novembro de 1988, desde que o presidente da República, incluindo as de deputados estaduais e federais e de governador. "Assim, a Nação diria se o que está aí é realmente o que ela quer, e se este produto do grande estelionato eleitoral de 86 deve continuar", afirmou. Acrescentou ter a impressão de que "a única saída do

governo é fazer uma limpeza geral para o presidente ganhar status de estadista".

Delfim criticou a desordem e disse que o País vive sob a égide de um "parlamento fajuto, uma contrafeição de parlamentarismo, um parlamentarismo em que o Congresso decide e o presidente não aceita, ou que o presidente decide e o Congresso não aceita". E foi mais além, alegando não ser só a classe empresarial que está descontente com a política econômica: "O descontentamento é de toda a Nação", enfatizou.

Avibrás nega venda de armas à Líbia

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — As preocupações dos Estados Unidos com o míssil brasileiro, expressas num documento preparado para o Congresso norte-americano, não teriam "o menor fundamento", declarou ontem o diretor da Avibrás, Pedro Ângelo Vial, em Washington. O documento, preparado por um serviço de pesquisa do Congresso e que envolveu oito especialistas de diversas áreas, insinua que a Avibrás estaria obtendo tecnologia de combustível líquido da China, em troca de armas e de sua própria tecnologia de combustível sólido. "A Avibrás não comprou tecnologia de ninguém nesta área. Há 25 anos fazemos o propulente sólido. Não existe nenhum acordo com a China sobre isso, nem com qualquer outro país", reagiu Pedro Ângelo Vial.

O propulente líquido, segundo o documento enviado ao Congresso dos Estados Unidos, daria mais precisão a um míssil do que o sólido. Vial duvidava também desta afirmação: "Isto é algo polêmico. Para nosso caso, que é o do foguete para saturação de área, o melhor mesmo seria o combustível sólido", ressaltou.

Outra informação que Vial nega, e que aparece no relatório sobre "A proliferação de mísseis balísticos entre países que não são potências militares", é a de que alguns foguetes Astros, vendidos para a Líbia, poderiam acabar no arsenal iraniano, causando problemas de segurança para os Estados Unidos no Golfo Pérsico e no Oriente Médio, já que a política brasileira de exportação não impede o repasse de armamento por seus clientes. "A Avibrás não vendeu nada. A Avibrás vende seus produtos para vários países autorizada pelo governo brasileiro", acrescentou.

Um novo projeto que atual-

mente está sendo desenvolvido pela empresa, o do foguete SS-300, com alcance de 300 quilômetros, terá uma carga útil de uma tonelada, mas ela será preenchida com explosivos convencionais, e não nucleares, como também antecipou o diretor Pedro Ângelo Vial, achando exagerados os temores norte-americanos.

O diretor da Avibrás foi, na verdade, surpreendido pelas informações do documento preparado para o Congresso dos Estados Unidos e publicado terça-feira por O Estado de S. Paulo. Ele estava em Washington, até a manhã de ontem, quando partiu para Miami, a caminho do Brasil, participando de uma exibição de armamentos da Associação do Exército dos Estados Unidos.

"Somos o único representante aqui dos países abaixo do Equador", disse ele, orgulhoso, no pequeno estande 4404 da enorme, importante e fechadíssima exposição, ocupando toda a área do Hotel Sheraton-Washington que há duas semanas abrigou a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Onde passeavam antes cinco mil banqueiros do mundo todo, estavam ontem, e desde o último domingo, milhares de militares com seus uniformes.

A Avibrás participa da feira da AUSA há três anos, a convite. Isto significa que ela poderá vir a ser um fornecedor do Exército americano, e não só um reconhecimento por sua avançada tecnologia. Expondo junto com as companhias mais famosas do mundo, e com "um atestado de competência norte-americano", a empresa brasileira, na esperança de Pedro Ângelo Vial, poderá obter outros clientes internacionais. No estande da Avibrás, o produto exposto é o foguete Astros, o mesmo que a levou ao sétimo lugar entre os maiores exportadores brasileiros, de janeiro a julho, com um total de US\$ 190 milhões.

Constituinte denuncia a censura telefônica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A denúncia de que o líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, está falando de "orelhões" públicos porque seu telefone "está grampeado" foi feita ontem à noite, na Comissão de Sistematização, pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

Ela pediu ao presidente da reunião, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que leve o fato ao conhecimento de Ulysses Guimarães — hoje, internamente, na Presidência da República — "para que tome energéticas providências".

Jarbas Passarinho considerou a denúncia "extremamente grave" disse que a levaria à Mesa da comissão, para as providências necessárias. Mas, assinalou que escutas telefônicas não são feitas apenas por órgãos do Estado. Ele mesmo, quando era ministro de Estado, teve também o telefone "grampeado", e uma investigação revelou ser o responsável alguém interessado em suas conversas com um superintendente regional da Previdência Social.

Tributarista contra 'lobby' do Nordeste

No Maranhão, até hoje, apenas três cidades tinham impostos municipais. A denúncia foi feita ontem na Capital pelo tributarista Gustavo Zimmermann, assessor da prefeitura de Camará, em um painel sobre a Constituinte, promovido pela Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa.

O tributarista disse que a chamada bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que reúne 292 parlamentares contra São Paulo, Rio e os estados do Sul, continua lutando para manter essa situação. "Os deputados dessa bancada chegaram até a propor que um dos critérios para a distribuição das cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento fosse a área do município, mas não podemos admitir que a reforma se faça por quem não arrecada", assinalou. Já Edgard Neves da Silva, gerente de Tributos da Fundação Faria Lima, relacionou os novos impostos que estão sendo criados, e a maior participação dos municípios nos existentes atualmente, acrescentando que a Constituinte está tirando o poder econômico da União para os estados.

Causas da crise

VICTOR FACCONI

A Assembleia Nacional Constituinte está sendo realizada em meio à mais séria e grave crise política, econômica e social do Brasil. E tal crise decorre exclusivamente do desacerto do governo com seus partidos políticos de sustentação governamental, o PMDB e o PFL, formadores da chamada Aliança Democrática, e beneficiários diretos do engodo eleitoral do Plano Cruzado. O mesmo plano que ludiu o povo brasileiro, esgotou as reservas cambiais do Brasil, mas deu a maioria parlamentar no Congresso Nacional, na Constituinte, e nas assembleias estaduais e a totalidade dos governos estaduais ao PMDB e PFL, teve desdobramento com os Planos Cruzados II e III, preço colocado perante o povo, para pagamento dos gastos enganosos e irresponsáveis do Plano Cruzado I. E at os políticos e partidos beneficiados resolveram passar o calote no governo e no povo, negando-lhes o apoio para fazer a economia comprometida pelo plano anterior que os beneficiara nas eleições. E o governo, sem o apoio da maioria eleita com o seu apoio, já não tem como governar. E, pois, o calote e a irresponsabilidade, isto é, a falta de responsabilidade dos eleitos pelo PMDB e PFL a causa principal da crise política, da qual decorre igualmente a mais séria crise econômica e social da História do País, e isto tudo está por demais claro.

O PMDB e PFL usaram e esgotaram o bônus governamental-eleitoral, preencheram os cargos nos governos federal e estaduais, mas fogem do ônus e dos encargos, encargos e ônus que assim recaem sobre o povo brasileiro de forma implacável.

Sobre o povo recai a recessão da economia, a estagna-inflação, o de-

semprego, o custo de vida, os salários mais baixos da História do País para os trabalhadores da ativa e para os aposentados, a par da massa de desempregados que cresce assustadoramente, crescendo junto a especulação financeira em detrimento dos investimentos públicos e privados em infra-estrutura básica, como nos setores produtivos primário e secundário do Brasil. E, com tal descalabro cresce a crise econômica e social, gerando o pânico social, o desespero, a fuga da responsabilidade, que por sua vez agrava a crise política a tal ponto que se fala até em impasse político, econômico e social. E o caos. Exatamente o inverso do que se propôs com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a qual deveria estabelecer uma nova ordem política, econômica e social, para um novo Brasil, um Brasil efetivamente democrático para todos os brasileiros.

O presidente da República diz que não pode governar sem maioria parlamentar, o que equivale a cobrar do PMDB e PFL o apoio de seus parlamentares, já que foram eleitos no embalo do Plano Cruzado do mesmo governo ao qual, segundo diz o presidente, eles estão faltando.

Ainda é tempo de salvarmos o Brasil e a Assembleia Nacional Constituinte, mas para isso o PMDB e PFL antes terão de salvar o governo que ajudaram a compor, e se salvarem a si próprios, pois temo que o naufrágio do governo e de seus partidos acabe levando ao naufrágio a todo o povo, e com ele até a oposição e a própria Assembleia Nacional Constituinte, e com ela as instituições democráticas pelas quais todos juramos lutar.

Victor Facconi é deputado constituinte do PDS pelo Rio Grande do Sul.

RESERVAS
Chalés Hotel
Fazenda
VALE DO SOL
SERRA NEGRA
0192-92-3500
SP-257-3955
LUA DE MEL - FINS
DE SEMANA-FÉRIAS

ECONOMIA FAZ SUA VIDA MELHOR.
Assine o Estadão.
O ESTADO DE S. PAULO

CASA CENTRO
CERTEZA DO MELHOR NEGÓCIO
VIDEOCASSETÊ
PHILCO-HITACHI RVC-4000
Despachamos para todo o Brasil.
Atacado e Varejo.
PHILCO-HITACHI
CASA CENTRO
O MENOR PREÇO DO BRASIL
Lar Center Ijs. 136/139 e. Itaipas.